



## MATRIZ DE PROCEDIMENTOS

### FISCALIZAÇÃO – CONTRATAÇÕES DIRETAS – DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

**UNIDADES AUDITADAS:** Diretoria de Logística – DILOG.

**OBJETIVO:** Verificar a legalidade dos procedimentos de contratação por dispensa e inexigibilidade realizados pelo Tribunal de Justiça, no período compreendido entre, Agosto/2015 a agosto/2016.

Qn	Questão de Auditoria	Fontes de informação	Técnica(s) de auditoria	Procedimento(s)	Possíveis achados
01	<p><i>As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação se enquadram nas hipóteses dos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93, estando devidamente caracterizadas e justificadas?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos Administrativos;</li> <li>• Lei nº. 8.666/93.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exame documental;</li> </ul>	<p>1.1 Solicitar relação de processos de dispensas e inexigibilidades;</p> <p>1.2 Em caso de detectado um volume muito significativo de processos, verificar em uma amostra mínima de 3% o seguinte:</p> <p>1.2.1 Em caso de dispensa de licitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Justificativa da necessidade do objeto;</li> <li>- Termo de referência ou Projeto Básico (se aplicável);</li> <li>- Justificativa de preço, incluindo pesquisa de mercado e mapa comparativo;</li> <li>- Justificativa da escolha do fornecedor;</li> <li>- Se há disponibilidade de recursos que garantam a contratação;</li> <li>- Se há minuta do contrato (se aplicável);</li> <li>- Se há parecer jurídico sobre a possibilidade de dispensa; e</li> <li>- Publicação do Termo ou Ato</li> </ul>	<p>A1 – Contratação sem as justificativas;</p> <p>A2 – Contratação sem termo de referência ou projeto básico;</p> <p>A3 – Contratação sem comprovação da exclusividade do fornecedor;</p> <p>A4 – Contratação sem comprovação do preço ser mais vantajoso para a Administração;</p> <p>A5 – Contratação sem amparo legal;</p> <p>A6 – Contratação sem parecer jurídico;</p>

Qn	Questão de Auditoria	Fontes de informação	Técnica(s) de auditoria	Procedimento(s)	Possíveis achados
				<p>Ratificação da Dispensa da Licitação.</p> <p>1.2.2 Em caso de inexigibilidade de licitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Justificativa da necessidade do objeto;</li> <li>- Termo de referência ou Projeto Básico (se aplicável);</li> <li>- Justificativa de preço, incluindo pesquisa de mercado e mapa comparativo;</li> <li>- Justificativa da escolha do fornecedor, com o comprovante de exclusividade;</li> <li>- Se há disponibilidade de recursos que garantam a contratação;</li> <li>- Se há minuta do contrato (se aplicável);</li> <li>- Se há parecer jurídico sobre a possibilidade de inexigibilidade; e</li> <li>- Publicação do Termo ou Ato Ratificação da Inexigibilidade da Licitação.</li> </ul>	<p>A7 – Contratação sem publicação da ratificação de dispensa ou inexigibilidade;</p>
02	<p><b><i>Está sendo realizado o cadastro das dispensas e inexigibilidades no Tribunal de Contas do Estado - TCE/AC, conforme a Resolução nº 97/2015?</i></b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos Administrativos;</li> <li>• Resolução TCE/AC nº 97/2015.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exame documental;</li> </ul>	<p>2.1 Verificar se está sendo realizado o cadastro da contratação direta no Portal das Licitações do TCE/AC.</p>	<p>A8 – Não está sendo realizado o cadastro no TCE/AC;</p> <p>A9 – O procedimento não está seguindo as normas, manuais ou resoluções do TCE/AC;</p> <p>A10 – Não há periodicidade na realização do procedimento;</p>

**Supervisor:** Thiago Euzebio Martins Pinheiro (Assessor–Chefe de Controle Interno)

**Equipe:** - Eline Silva Mendonça (Analista Judiciário)

- Raul Fernandes Silvério Júnior (Analista Judiciário)